

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras conclui venda de Pasadena para Chevron.....	2
Título: Questões técnicas travam plano para gás barato.....	4
Título: Comercializadora da Copel mira em consumidores finais.....	6
Título: Linkx tem dívida de R\$ 140 milhões com 92 credores.....	8
Título: CSN monta estoque com aço de terceiros.....	9
Título: Minoritários elegem terceira conselheira independente na Vale	11
Título: Custo menor vai incentivar as fontes limpas	13
Título: Falta ao país um plano estratégico de longo prazo	17
Título: CDPQ visa mais ativos no Brasil	18
Título: O capitão está em guerra desde a posse	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	23
Título: Baixa competição entre distribuidoras impede gasolina mais barata, diz ANP	23
Título: Insensatez não é opção válida	24
Título: Petrobrás conclui venda de Pasadena	26
Título: Bolsonaro vê risco de crise vizinha encarecer petróleo	26
Título: Estudo prevê R\$ 240 bi em investimentos com fim do monopólio do gás	27
Título: Petrobras conclui venda da refinaria de Pasadena à Chevron	30
VEÍCULO: O Globo.....	30
Título: Furto de combustível em Caxias: suspeito é preso.....	30
Título: Efeitos no Brasil na crise vizinha	32
Título: Estudo atesta risco a longo prazo em Brumadinho	34
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	36

Título: Suspeito é preso no Rio	36
Título: Combustível em alta pressiona governo.....	37

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	02/05/2019
Seção:	
Autor:	André Ramalho Do Rio
Título:	Petrobras conclui venda de Pasadena para Chevron

A Petrobras concluiu a venda da refinaria de Pasadena, no Texas (Estados Unidos), para a Chevron. Com o fechamento da operação ontem, a petroleira americana pagou US\$ 467 milhões (cerca de R\$ 1,8 bilhão) à Petrobras America Inc., subsidiária da petroleira.

Do valor total, US\$ 350 milhões foram pagos pelo valor das ações e US\$ 117 milhões de capital de giro (item que inclui, por exemplo, os estoques de derivados da refinaria). O valor pago pela Chevron, relativo ao capital de giro de Pasadena, é US\$ 95 milhões menor que os US\$ 212 milhões previstos inicialmente, em janeiro, quando o negócio foi anunciado ao mercado.

O negócio encerra a presença da brasileira no setor de refino no exterior, após um ciclo de internacionalização manchado por denúncias de corrupção e prejuízos. O ativo é considerado um dos estopins da Operação Lava-Jato. Dois laudos realizados por peritos criminais da Polícia Federal confirmaram pagamento de propina de US\$ 15 milhões, por parte da belga Astra Oil, empresa que vendeu a refinaria à Petrobras, a agentes públicos em torno da aquisição.

Com as cifras envolvidas na transação, a Petrobras passará longe de recuperar os investimentos feitos na aquisição da refinaria texana. A compra do ativo pela

Petrobras ocorreu em 2006, quando a estatal adquiriu a participação de 50% da belga por US\$ 360 milhões. A partir do ano seguinte, começaram os desentendimentos entre as duas sócias sobre a expansão da refinaria e, em 2008, a Astra exerceu sua opção de venda ("put option"). A Petrobras assumiu, então, o controle da integralidade da refinaria.

Ao todo, a brasileira desembolsou US\$ 1,249 bilhão pela aquisição de Pasadena junto à Astra, incluindo os US\$ 360 milhões pagos na primeira etapa do negócio. Para além desse montante pago pela compra do ativo, a estatal investiu, no período entre 2006 a 2013, outros US\$ 685 milhões em melhorias operacionais, manutenção, paradas programadas e segurança, saúde e meio ambiente.

Desde a compra da unidade, em 2006, a Petrobras fez uma série de baixas contábeis por perdas por redução ao valor recuperável do ativo ("impairment") que totalizaram US\$ 530 milhões - sendo US\$ 160 milhões em 2008, US\$ 147 milhões em 2009 e US\$ 223 milhões em 2012.

Pasadena possui 110 mil barris diários de capacidade de produção, sobretudo em gasolina e diesel. A refinaria tem ainda uma capacidade de armazenamento de 5,4 milhões de barris e está localizada num ponto estratégico, no canal marítimo de acesso a Houston (o "Houston Ship Channel").

Na noite de terça-feira, a Petrobras divulgou nota afirmando que não existe nenhuma definição sobre sua participação em licitações em Israel. Durante a visita do presidente Jair Bolsonaro a Jerusalém, no início de abril, foi divulgado que a estatal se inscreveu em processos de licitação de blocos exploratórios naquele país.

As declarações do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, na ocasião, foram interpretadas por parte do mercado como um sinal de interferência do governo na gestão da companhia.

A Petrobras disse que busca adquirir dados e informações geológicas e geofísicas sobre bacias sedimentares localizadas no exterior, além dos já levantados rotineiramente no Brasil, de forma a "melhorar continuamente seus resultados exploratórios".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 02/05/2019****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Questões técnicas travam plano para gás barato**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, diz acreditar que o pacote de medidas do governo para abrir o mercado de gás natural pode reduzir pela metade o custo do combustível para o consumidor. Para especialistas, no entanto, essa conta não é um consenso. Um olhar detalhado sobre a composição dos preços mostra que baratear o gás só será possível se houver uma reforma ampla no setor. Mesmo assim, a economia não será alcançada de imediato e dependerá, no fim das contas, da dinâmica do mercado.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o preço da molécula (o gás em si) representa 46% do custo final do gás para uma indústria. O restante vem dos impostos (24%), das margens da distribuição (17%) e do transporte (13%). Os números mostram, portanto, que o caminho para a redução substancial do preço do gás passa, necessariamente, pelo barateamento dos preços dos produtores, que são livres e não estão dentro da alçada direta do governo.

"O preço da molécula é livre. Mais competição, na oferta, tende a baixar os preços, mas o tamanho dessa queda é difícil de estimar", diz Sylvie D'Apote, sócia-diretora da Pryma E&T Consultores. "Não se conhece muito bem os custos de produção do pré-sal. Vai depender desse custo e dos custos de oportunidade das empresas. Para se atingir a redução de 50% nos preços, é preciso reduzir os preços da molécula, as tarifas de transporte e as margens de distribuição. Só que distribuidoras e transportadoras têm contratos, seria necessária uma solução negociada."

Como o preço da molécula é livre, o racional por detrás do plano de abertura do mercado passa, então, pela criação de condições para diversificar a oferta de gás. A Petrobras responde por cerca de 75% do gás produzido no país, mas ela é praticamente a única fornecedora relevante do mercado, já que outras importantes produtoras, como Shell, Repsol e Petrogal, sócias da estatal no pré-sal, vendem suas parcelas para a própria Petrobras, a preços baixos, porque enxergam dificuldades no acesso ao mercado.

Conforme antecipado pelo **Valor**, em fevereiro, o rol de soluções avaliadas pelo governo é amplo e envolve desde a saída integral da estatal da distribuição e transporte a medidas para forçar a petroleira a ceder parte da capacidade de transporte contratada em gasodutos. Além disso, a Petrobras se comprometeria a reduzir sua participação na comercialização, por meio de um programa de

"gas release" (liberação de gás) segundo o qual o agente dominante é obrigado a ceder contratos de venda de gás para concorrentes.

A ideia é que a estatal assine uma espécie de termo de ajuste de conduta com a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Enquanto a Petrobras não vende seus ativos, a intenção é que a empresa deixe de indicar diretores e conselheiros para as distribuidoras e transportadoras.

"Mas quem vai ditar a redução dos preços da molécula não é o governo, é o mercado", afirma Augusto Salomon, presidente-executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás).

A entidade contesta um dos principais pilares do plano de abertura do mercado de gás do governo: a revisão das atuais regras do mercado livre, assunto de competência dos Estados. Indústrias se queixam de que há leis estaduais restritivas, que fixam exigências elevadas para que um cliente migre para o ambiente livre. Elas reclamam, por exemplo, que, em alguns Estados, usuários livres têm de pagar às distribuidoras a mesma tarifa dos usuários cativos, ainda que sejam abastecidos por pequenos ramais dedicados.

A intenção do governo federal é pressionar os Estados a adotarem regras mais favoráveis à abertura do mercado livre, em troca da liberação dos recursos da União. O **Valor** apurou que uma das possibilidades em estudo é que os Estados negociem com as distribuidoras a antecipação da renovação das concessões. Em contrapartida, as legislações estaduais e as condições contratuais seriam revistas. Assim, as taxas de retorno das concessões poderiam ser revistas, por exemplo.

"Essa revisão seria razoável. Os contratos de concessão das distribuidoras de gás são da década de 1990 e condizentes com um cenário macroeconômico que é incompatível com a atual conjuntura. A taxa de rentabilidade assegurada por muitas concessões de gás é de 20% ao ano, enquanto distribuidoras de energia trabalham com taxas da ordem de 7%. E existem Estados onde nem sequer existem agências reguladoras e revisão tarifária", diz Paulo Pedrosa, presidente da Associação dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace).

Ele estima que margem da distribuição possa cair dos atuais US\$ 2 por milhão de BTU (sigla em inglês para unidade térmica britânica, usada para mensurar o volume do gás) para cerca de US\$ 1 a US\$ 1,5 por milhão de BTU. Salomon por sua vez, defende que a margem de distribuição não é a vilã do alto custo e que o governo precisa ser cauteloso, para não dar uma mensagem de insegurança

jurídica ao mercado de distribuição - que conta com a presença de grandes empresas privadas, como Naturgy (CEG), Cosan (Comgás) e Mitsui (Gaspetro).

"As taxas de retorno estão previstas em contratos. Para mexer nelas, é preciso indenizar os sócios", diz Salomon. "Os Estados vão ter dinheiro para isso? É preciso certo cuidado, para não se criar um clima de insegurança jurídica. Hoje, Rio e São Paulo já têm regulações que possibilitam o mercado livre de gás, mas até hoje não houve um único cliente livre nesses Estados porque falta diversidade na oferta de gás."

Ele lembra os efeitos negativos da MP 579/2012, que permitiu a redução nas tarifas de energia por meio da antecipação da renovação da concessão no setor elétrico e criou um clima de judicialização no mercado. Pedrosa destaca, por sua vez, que o momento é diferente do clima intervencionista do governo Dilma Rousseff. Ele estima que o preço do gás para a indústria possa cair para U\$ 7,5 por milhão de BTU. Hoje, o preço para consumidor varia conforme o Estado, mas pode chegar a US\$ 15 ou US\$ 16 por milhão de BTU no Rio e no interior de São Paulo.

A Abrace acredita ser possível baratear o gás a partir de esforços em todos os elos da cadeia. A amortização dos gasodutos, por exemplo, poderia contribuir para reduzir a tarifa de transporte. Pedrosa vê potencial também para reduzir os preços do gás nacional dos produtores para US\$ 5 por milhão de BTU, frente aos cerca de US\$ 8 por milhão de BTU cobrados pela Petrobras, segundo o **Ministério de Minas e Energia**.

"Para a petroleira, vale vender o gás pelo maior preço possível que o mercado aceite pegar, para que ela possa produzir o petróleo do pré-sal. Se ela vender muito caro, vai enfrentar a competição do GNL importado dos EUA e não vai conseguir desenvolver seus campos", diz Pedrosa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Comercializadora da Copel mira em consumidores finais

Depois de obter um faturamento de R\$ 1,3 bilhão em 2018, a Copel Energia, braço de comercialização da estatal paranaense, traçou uma nova estratégia de atuação voltada para a entrega de energia para consumidores finais. O "trade" de energia seguirá tendo seu espaço na companhia, mas a gestão de energia de consumidores ganhará cada vez mais espaço, disse Franklin Kelly Miguel, presidente da Copel Energia, em entrevista ao **Valor**.

"Quando a comercializadora foi criada, há três anos, o objetivo era atender migrações de consumidores do grupo econômico", disse Miguel, se referindo a consumidores atendidos pela Copel Distribuição (Copel D) que migraram para o mercado livre com a ajuda da própria Copel. Com o tempo, os negócios se espalharam por todo o Brasil, e a comercializadora hoje tem atividades em 20 Estados, mas a maior parte está no Paraná.

Essa é uma forma de "fidelizar" os consumidores de energia da área de concessão da Copel D mesmo que estes migrem para o mercado livre. "Temos o objetivo de não perder consumidores que estão saindo da distribuidora", disse Miguel. Como a companhia é conhecida no Estado, acaba sendo mais procurada por consumidores interessados no mercado livre de energia.

Companhia aumentou as exigências de contraparte em operações depois de calotes do início do ano

Toda a energia da Copel sem contratos de longo prazo é negociada por meio da comercializadora do grupo, que também é responsável pela gestão do risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês para a diferença entre a energia gerada e a energia vendida).

Em 2018, o faturamento líquido da comercializadora dobrou para R\$ 1,3 bilhão, mas o resultado final foi prejuízo de R\$ 4,8 milhões, contra o lucro de R\$ 13 milhões registrado em 2017. Segundo Miguel, o desempenho da companhia ano passado ficou aquém do esperado pela exposição financeira da comercializadora, "mas já temos expectativa bem melhor de resultado neste ano."

A estratégia focada em consumidores finais ajuda nisso, uma vez que as margens são mais elevadas e os riscos menores. "Até porque conseguimos colocar produtos diferenciados do trading, a sazonalização dos contratos é maior e os preços são diferentes", explicou o executivo.

Como o braço de comercialização de uma das maiores empresas de energia do Brasil, a Copel Geração acompanha com atenção as discussões em torno do aumento da segurança no mercado livre, especialmente depois dos eventos do início deste ano, quando a virada de preços pegou muitas empresas de surpresa e gerou uma onda de calotes em cascata entre as comercializadoras independentes.

"O risco de crédito no setor foi subavaliado quando se está na posição de comprador de energia", disse Miguel. Segundo ele, os vendedores exigem garantias financeiras dos compradores, mas o mesmo não vale na ponta compradora. "Tomamos medidas bastante restritivas na compra de energia de

terceiros. Já tínhamos prática restritiva na análise de contrapartes e estamos restringindo mais ainda", disse. Agora, a Copel Geração dá preferência com contrapartes que sejam de grupos econômicos de referência, relacionadas a instituições financeiras e também comercializadoras puras já tradicionais, com balanço auditado.

O executivo destacou a iniciativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em torno de mudanças nas regras para aumentar a segurança, como o aumento do capital social mínimo exigido para novas comercializadoras (hoje em R\$ 1 milhão) e a exigência de aportes de garantia semanais, e não mensais, como acontece hoje.

"O que entendemos que poderia ser complementar seria exigir de todas as comercializadoras um balanço auditado por uma das quatro ou cinco maiores auditorias", disse Miguel. Outra medida seria ampliar um cadastro de inadimplentes. "A Aneel precisa criar o cadastro de inadimplentes no mercado livre, prevendo alguma penalidade, como não poder registrar contratos novos na CCEE", disse. Hoje, a câmara pode abrir processos de desligamento, mas apenas quando os contratos são registrados na CCEE, o que não é o caso dos contratos bilaterais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Linkx tem dívida de R\$ 140 milhões com 92 credores

A Linkx Comercializadora de Energia reportou um total de dívida de R\$ 139,862 milhões, no âmbito do pedido de recuperação judicial da empresa. A lista, que possui 92 credores, a maior parte composta por comercializadoras de energia, foi entregue à Justiça nesta semana. Da dívida total, mais da metade, cerca de R\$ 75 milhões, se refere a multas contratuais devidas aos credores.

Conforme antecipado pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor** na terça-feira à tarde, o montante informado de dívidas ainda pode sofrer alterações, caso os credores apresentem números diferentes à Justiça.

Da lista apresentada pela Linkx, cinco comercializadoras figuram entre as maiores dívidas: Comercializa Energia (R\$ 20,4 milhões), Boven Comercializadora (R\$ 17,4 milhões), Electra Comercializadora de Energia (R\$ 7,4 milhões), Lumen Comercializadora de Energia (R\$ 5, milhões) e EDP Comercialização e Serviços de Energia (R\$ 4,1 milhões).

Também fazem parte da lista instituições de ensino, indústrias e empresas de serviços, entre outros.

A Linkx entrou com pedido de recuperação judicial na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. No documento, a companhia relata que enfrentou dificuldade financeira depois que os preços de energia no mercado de curto prazo tiveram alta inesperada no início do ano, devido a fatores climáticos. Com isso, a empresa fechou o primeiro trimestre com prejuízo de R\$ 52 milhões.

Outras empresas também tiveram problemas financeiros após a elevação súbita dos preços no início do ano, desencadeando um efeito cascata. A Vega Energy, por exemplo, chegou a informar que não tinha como honrar com seus compromissos, ficando inadimplente em cerca de R\$ 200 milhões com clientes e outras comercializadoras. A Linkx foi uma das afetadas pela inadimplência da companhia e deixou de receber R\$ 13 milhões, o que comprometeu seu caixa e o lastro para novas operações.

A companhia apresentou o pedido de recuperação judicial na semana passada, mas solicitou prazo extra para apresentar a lista com seus credores. Enquanto isso, a Justiça nomeou um perito para avaliar a viabilidade da recuperação da comercializadora de energia. O relatório final deve ser entregue até segunda-feira. Depois disso, o juiz do caso poderá decidir se aceita ou não o pedido de recuperação judicial.

Também foi aceito um pedido de liminar da Linkx para continuar sendo agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), uma vez que a recuperação das suas atividades depende disso. O desligamento seria iniciado por causa da inadimplência da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: CSN monta estoque com aço de terceiros

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) vai investir R\$ 250 milhões na reforma de um dos seus dois altos-fornos instalados em Volta Redonda (RJ). A parada programada acontecerá do dia 28 de junho a 28 de agosto. Com isso, a siderúrgica vai comprar entre 450 e 500 mil toneladas de aço para atender o mercado interno no período em que a usina estará operando abaixo de sua

capacidade. Desse volume, conforme apurou o **Valor**, 30% será importado e o restante comprado de concorrentes como Usiminas e Ternium Brasil.

"O alto-forno que vai ser reformado é o maior da companhia, apto a produzir 7 mil toneladas por dia; por isso, a produção está em nível aquém da capacidade. O equipamento já não tem a mesma eficiência. Com isso, para atender os clientes nos dois meses de parada, a CSN está recorrendo a terceiros", disse uma fonte com conhecimento do assunto.

Em março, de acordo com dados do Instituto Nacional de Distribuidores de Aço (Inda), as importações somaram 123 mil toneladas de aços planos e somente a CSN trouxe 43,49 mil toneladas. "Pelo porto de Itaguai (RJ), que é usado pela CSN, vieram 43,9 mil toneladas. A empresa está fazendo estoque para a parada programada de um alto-forno", disse o presidente do Inda, Carlos Loureiro, durante divulgação de dados do mês.

A companhia já formou 70% do estoque que pretende fazer nesse período, disse uma fonte. Atualmente, a CSN tem capacidade anual instalada de 4,2 milhões de toneladas. Com a reforma do alto-forno, a companhia terá um adicional de 400 a 500 mil toneladas anuais na usina de Volta Redonda (RJ).

"Com essa reforma a CSN vai voltar pronta para atender os clientes. A companhia vai poder fazer a parada sem o risco de perder participação no mercado. Ela (CSN) vai retomar mais competitividade do que as concorrentes. A volta da operação vai acontecer no momento certo, com a melhora da economia", disse ao **Valor** uma fonte do mercado.

A CSN também avalia ampliar sua produção de aço galvanizado. Nos próximos meses, a companhia irá definir em qual unidade será realizado o investimento, que segundo estimativas, deve beirar R\$ 1 bilhão. A nova linha terá capacidade para fazer de 300 a 400 mil toneladas.

Hoje, a CSN produz 1,2 milhão de toneladas por ano em três unidades no país, uma em Volta Redonda, outra em Porto Real, ambas no Rio de Janeiro, e uma em Araucária (PR). "Volta Redonda já está muito tomada. Além da nova linha teria que se fazer obras físicas. As unidades de Araucária e Porto Real têm mais espaço para a instalação da nova linha. A equipe comercial está fazendo os estudos de mercado para definir em qual usina será montada a nova linha de galvanizados", disse uma fonte próxima a empresa.

Nos últimos três anos, a CSN investiu na manutenção das linhas e no aumento da produtividade para atender a demanda crescente de galvanizados no país. "Por ano, a companhia cresce organicamente de 2% a 3%. As linhas já não têm mais espaço para isso. É necessário desengavetar os investimentos e seguir os concorrentes. Há demanda para esse tipo de aço, ainda mais com a expectativa de aumento do mercado automotivo e do bom momento para a linha branca", informou a fonte.

A Usiminas e a ArcelorMittal já anunciaram a intenção de novas linhas de galvanizados para atender a demanda do mercado interno. Na Usiminas serão investidos cerca de R\$ 1 bilhão para a produção de 500 mil toneladas por ano. Já na ArcelorMittal, os aportes serão de US\$ 330 milhões e com capacidade de produção de 700 mil toneladas (sendo 200 mil de laminado a frio) por ano, em São Francisco do Sul (SC).

"No primeiro momento, a linha irá operar com ociosidade e, por isso, a CSN deve exportar grande parte de sua produção. Mas, hoje, há demanda no país para suprir esse aumento de oferta. A Usiminas e a CSN operam 'full time' suas linhas de galvanizados", segundo informação ao **Valor**.

O maior consumidor de galvanizado é a indústria automotiva que, segundo estimativas da Anfavea, entidade do setor, deverá crescer 11,4% neste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Minoritários elegem terceira conselheira independente na Vale

A administradora de empresas Patrícia Bentes, 53 anos, é a terceira conselheira independente a ser eleita desde 2017 para o conselho de administração da Vale. A eleição de Patrícia, na terça-feira, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), teve apoio expressivo de acionistas minoritários.

Ela foi escolhida pelo voto múltiplo em que os investidores decidem os candidatos nos quais querem depositar suas ações. Essa modalidade de votação, adotada pela primeira vez na Vale, tende a se repetir nos próximos anos, abrindo espaço para um número maior de "independentes".

Patrícia vai se juntar a outras duas conselheiras independentes que integravam o conselho da Vale e foram reeleitas: Sandra Guerra e Isabella Saboya. Juntas,

as três executivas representam 20% do conselho da Vale, que passa a ser formado por 13 integrantes.

"Existe a importância da diversidade, mas as pessoas estão lá por mérito. Ninguém chega ao conselho da Vale só por gênero. A presença de mulheres não afeta especificamente a forma de conduzir os rumos da empresa. O que afeta os rumos é a competência desse conselho. E eu tenho 'background' [experiência] diferente dos outros membros", disse Patrícia.

Apesar de a Vale ter aberto espaço para indicação de conselheiros independentes, a maioria dos membros do colegiado ainda é indicada pelo grupo de controle e há também um representante dos empregados. Os controladores da mineradora (fundos de pensão, BNDESPar, Bradespar e Mitsui) têm um acordo de acionistas válido até novembro de 2020, e vota em conjunto, inclusive para a eleição do conselho. Juntos, eles detêm 38% do capital da empresa.

Mas a partir de 2021 a obrigação de votar em bloco acaba. Há também a perspectiva que os controladores vendam participações, o que tende a pulverizar mais o capital e abrir a possibilidade de que outros investidores indiquem candidatos para o conselho, acirrando a disputa nas eleições futuras.

Para ser eleita, Patrícia fez uma dobradinha com o advogado Marcelo Gasparino, na condição de conselheiro substituto. "Marcelo [Gasparino], com sua experiência jurídica e de governança, vai contribuir para que eu possa ter desempenho ainda melhor." Ela lamentou o fato de que na Vale os suplentes não participam das reuniões, algo que, na sua visão, seria positivo. A primeira reunião do novo conselho será amanhã.

Na terça, após eleita, ela indicou sua prioridade: "Como conselheiro independente, meu objetivo é defender a companhia como um todo de forma isenta e sem orientação [de investidor]. Essa tem sido minha tônica em todos os conselhos nos quais atuei." Disse que vai atuar em defesa dos interesses dos minoritários. "O interesse do minoritário é o bem geral da companhia pois ele se beneficia quando a companhia produz resultados."

Para ela, a tragédia de Brumadinho aumentou o interesse de investidores de estarem mais próximos da gestão da companhia. Assim, o apoio a profissionais com independência "irrestrita" é importante, argumenta. Na Vale, porém, os grandes fundos com posição acionária na empresa não costumam ter tradição "ativista" na indicação de nomes ao conselho. Resta saber se isso vai mudar.

Com longa experiência na área financeira, Patrícia construiu parte de sua carreira no exterior e, nos últimos anos, diversificou as atividades para além do

setor bancário. "Essa atuação fora do Brasil pesou na minha escolha por parte dos investidores. Ela reforçou, por fim, a marca que deseja imprimir: "Sempre atuei de forma independente usando meu foro íntimo e minha experiência para decidir meu voto, sem nenhum tipo de orientação."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/05/2019

Seção: Suplemento - Rumos da economia

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio

Título: Custo menor vai incentivar as fontes limpas

Enquanto ganha projeção uma vertente que contesta o aquecimento global - turbinada por declarações de governantes de alguns países que questionam as mudanças climáticas -, o fluxo de capital vai no sentido contrário: aposta em fontes de energia mais limpas e menos poluentes, cujo uso tende a crescer nas próximas décadas no Brasil e no mundo. Como pano de fundo da discussão, está a preocupação com a sustentabilidade ambiental do planeta e o futuro das próximas gerações.

Em 2017, de acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), os investimentos em energia elétrica no mundo (US\$ 750 bilhões) superaram, pelo segundo ano consecutivo, os aportes feitos na indústria de óleo e gás (US\$ 716 bilhões).

Em geração de energia, dois terços (US\$ 298 bilhões) foram destinados a projetos de fontes renováveis, em comparação a US\$ 132 bilhões em combustíveis fósseis e US\$ 17 bilhões em tecnologia nuclear. O peso maior de investimentos também reflete a queda do custo das tecnologias eólica e solar, tornando-as muito competitivas.

Para a IEA, a eletricidade será a "estrela do show" das próximas décadas. Os investimentos estão em linha com projeções feitas por consultorias e grandes petroleiras de que não só as fontes renováveis vão deslocar boa parte dos combustíveis fósseis na produção de energia, como a própria eletricidade vai ganhar espaço nos sistemas de transporte e mobilidade, incluindo veículos de passeio. Segundo a agência, o pico de demanda de derivados de petróleo por veículos será alcançado já em meados da próxima década.

O consumo de petróleo resistirá um pouco mais, sustentado principalmente pelas necessidades petroquímicas e de segmentos de transporte como os de caminhões, aviões e navios. Mas a maioria das projeções trabalha com um horizonte entre 2030 e 2040 para a mudança da trajetória da curva de consumo de petróleo no mundo.

De acordo com a última versão do "BP Energy Outlook", um dos mais respeitados estudos de projeção do setor energético mundial, as fontes renováveis e o gás natural responderão por 85% do crescimento do consumo primário de energia até 2040. A participação das renováveis (eólica e solar) no total do consumo primário de energia global sairá de 4% para 15% nos próximos 20 anos.

Em sentido contrário, a participação do petróleo, que hoje supera os 30%, ficará abaixo desse patamar em 2040, enquanto a fatia do carvão, hoje próximo de 30%, ficará em torno de 20% dentro de duas décadas. Em um cenário de mudanças mais agressivas na matriz energética, considerando um eventual sucesso na implantação dos objetivos do Acordo de Paris, a participação das renováveis pode alcançar 29%, enquanto a fatia de carvão pode cair a 7% em 2040.

A transição energética é baseada nos três "Ds": descarbonização (redução de emissões de gases do efeito-estufa), digitalização (aplicação de novas tecnologias para aumentar a eficiência e a produtividade) e descentralização (produção de energia fora da rede e próxima do ponto de consumo).

As grandes companhias de energia e petróleo já fizeram essa leitura. A francesa Engie, conhecida historicamente por suas atividades relacionadas a carvão e gás natural, mudou drasticamente sua orientação estratégica e destinará quase um quarto de seus investimentos até 2021 (cerca de € 12 bilhões) em fontes renováveis.

A italiana Enel, por sua vez, planeja destinar 42% dos investimentos previstos para 2019-2021, de € 27,5 bilhões, em fontes renováveis (hidrelétricas, eólicas e solares). Considerando novos projetos (€ 16,5 bilhões), a parcela para renováveis é de 64%. Na mesma linha, a espanhola Iberdrola dedicará 40% de seus investimentos até 2022, de € 34 bilhões, em renováveis.

Entre as petroleiras, a situação não é diferente, embora em menor proporção. A norueguesa Equinor, que até 2018 se chamava Statoil e que alterou seu nome justamente para se posicionar como empresa de energia, inaugurou no fim de 2018 seu primeiro projeto de geração solar no mundo, localizado em Quixeré, no Ceará, com 162 megawatts (MW) de capacidade, em parceria com a Scatec Solar, empresa da qual a norueguesa adquiriu 10% de participação acionária.

A Equinor, que já é um dos principais players mundiais em geração de energia eólica offshore (marítima), firmou parceria no ano passado com a Petrobras para estudar o desenvolvimento da tecnologia no Brasil, incluindo a implantação de um projeto piloto.

A estatal brasileira, que definiu em seu plano estratégico 2040 "atuar em negócios de energia renovável de forma rentável, com foco em eólica e solar no Brasil", também está dedicando atenção à transformação digital. A área da empresa criada para essa finalidade completou um ano em abril. "No início de 2018, 10% dos projetos da carteira de pesquisa e desenvolvimento envolviam temas de tecnologia digital. Em dezembro, 27% tinham elementos de tecnologia digital", conta o gerente geral de transformação digital da Petrobras, Augusto Borella.

A Shell lançou a meta de fornecer energia elétrica para 100 milhões de pessoas no mundo até 2030. Em 2017, a companhia adquiriu a New Motion, empresa de recarga para veículos elétricos, com mais de 30 mil estações de carregamento na Europa. No Brasil, a Shell montou uma comercializadora de energia e participa de investimentos em geração termelétrica a gás natural.

"A pressão da sociedade, e agora de investidores institucionais, sobre esse tema [mudança climática] tornou-se gritante. E é muito mais forte na Europa. As empresas estão reagindo ao ambiente em que estão inseridas", explica José de Sá, especialista em petróleo e diretor no escritório da consultoria Bain & Company no Rio.

"O millennial [nascidos entre 1980 e 2000] pede que a empresa seja uma viabilizadora de um mundo de baixo carbono. A sociedade não aceita mais uma posição passiva dos setores", diz.

Em estudo lançado este ano, a Bain & Company fez um diagnóstico da situação das refinarias do planeta e indicou as necessidades de investimentos em digitalização para torná-las mais eficientes e adequadas aos novos tempos.

"Todo mundo vê a década de 2020 como a 'survival of the fittest' [sobrevivência dos mais fortes], especialmente na Europa. Tornou-se muito importante você fazer os ativos 'transpirarem', ou seja, tirar o máximo deles. E a digitalização tem essas ferramentas", acrescenta.

Um exemplo é o investimento feito pela petroleira britânica BP, que instalou sistema de geração de vapor a partir do gás de exaustão na refinaria de Whiting, nos EUA. De acordo com a empresa, a medida reduz a quantidade de vapor gerado a partir das caldeiras, o que, por sua vez, reduz a quantidade de combustível queimado e de emissão de gases de efeito-estufa.

Sobre a transformação digital, Marco Biselli, sócio da Boston Consulting Group (BCG), diz que o primeiro passo para as companhias é definir com clareza o objetivo e identificar o que tem potencial de valor para a maioria dos resultados do negócio. "É importante definir primeiro qual é o grande problema, qual a

grande ineficiência e a melhoria nos resultados que você quer alcançar. E em que o 'digital' e os 'analytics' [camadas analíticas] podem te ajudar."

Segundo ele, a criação da plataforma de dados e a construção de algoritmos normalmente demandam 30% do esforço necessário para capturar valor da solução a ser implementada. Os outros 70% do esforço estão em mudar o processo de negócios para usar a solução e chegar ao resultado.

Com relação ao terceiro "D", a descentralização, os investimentos feitos em geração distribuída por meio de painéis solares fotovoltaicos totalizaram US\$ 60 bilhões em 2017, de acordo com a IEA. Apenas naquele ano foram adicionados 35 gigawatts (GW) de capacidade de geração solar de pequeno porte em instalações residenciais e de estabelecimentos comerciais, enquanto o custo dos equipamentos continua em queda livre, com o ganho de escala.

"Vemos um esforço muito grande para descarbonizar a matriz elétrica. E abrem-se soluções 'off-grid' [fora da rede], com base em fonte renovável. Assim, a [fonte] solar adquire um peso maior. Essa é a solução que temos visto para endereçar o problema de matrizes muito intensivas em carbono", diz Clarissa Lins, sócia-fundadora da consultoria Catavento.

Em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Institucionais (Cebri), a consultoria realizou estudo sobre o impacto das mudanças climáticas e o potencial efeito de soluções nas grandes cidades. Segundo Bruna Mascotte, especialista da Catavento e uma das responsáveis pelo estudo, as cidades são responsáveis por 80% do PIB mundial e por 70% das emissões de gases do efeito-estufa. Em 2050, 70% da população global estarão em centros urbanos, em comparação a 55% atualmente.

Se a transição energética ameaça o reinado das grandes petroleiras, a descentralização tira o sono das distribuidoras de energia. Nessa linha, grandes grupos de energia estão investindo em diversificação de seus negócios, atuando também em geração distribuída e em prestação de serviços de energia a clientes, buscando compensar a potencial perda de receita no negócio de distribuição.

A Enel planeja investir € 1,1 bilhão até 2021 na "Enel X", empresa de prestação de serviços e soluções de energia do grupo italiano. No mesmo horizonte, a Engie pretende investir até 5€ bilhões para a mesma finalidade.

No âmbito da transição energética e da descentralização, empresas do setor estão se debruçando também em pesquisas sobre tecnologias de armazenamento de energia, para estabilizar a produção de fontes intermitentes (eólica e solar) ou para aperfeiçoar baterias para veículos elétricos.

"Penso que, em curto e médio prazos, o custo das tecnologias de armazenamento continuará elevado e não competitivo", avalia o vice-presidente de marketing e desenvolvimento de negócios da Rosatom Overseas, subsidiária do grupo russo nuclear Rosatom, Anton Moskvín. O conglomerado tem investido no desenvolvimento de reatores nucleares de pequeno porte, tidos como a aposta da indústria nuclear para a próxima década, por terem menor impacto socioambiental e com possibilidade de instalação próximo aos centros de consumo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/05/2019

Seção: Suplemento - Rumos da economia

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Falta ao país um plano estratégico de longo prazo

Oitavo maior consumidor de energia do planeta, o Brasil busca se posicionar no tabuleiro da transição energética mundial. Por aqui, o processo deve considerar a vocação energética do país, que possui uma das matrizes mais limpas do planeta.

De acordo com o Balanço Energético Nacional (BEN), a matriz brasileira possui 43% de participação de fontes renováveis. Para efeito de comparação, a média mundial é de 13,7%, enquanto nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é de apenas 10,1%.

Considerando apenas o parque de geração de energia elétrica, a participação de renováveis é ainda maior, de aproximadamente 80%. A média mundial é de 25%.

O Brasil, no entanto, ainda carece de um estudo de expansão de oferta de energia de longo prazo. O último levantamento do tipo, o Plano Nacional de Energia (PNE) 2030, lançado em 2007, antes do "boom" da fonte eólica, está defasado. O mercado aguarda para até o fim do ano a divulgação do PNE 2050, que definirá as linhas estratégicas do governo brasileiro para o setor energético nas próximas três décadas.

"Estamos trabalhando nossa visão para 2050", diz o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Thiago Barral. Uma projeção antecipada pelo executivo é que a demanda de energia total do país, atualmente de 300 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (tep) deve dobrar até 2050, considerando um desempenho razoável da economia brasileira.

Segundo Barral, enquanto países desenvolvidos trabalham em uma agenda de intensificação da eletrificação de infraestruturas e modais para reduzir as

emissões de gases do efeito estufa, o Brasil deve considerar sua vocação para a bioenergia. Em outras palavras, enquanto países europeus defendem a eletrificação da frota de veículos, o Brasil deve estimular o seu modelo de carros híbridos flex, fazendo uso do etanol. No caso do diesel, deve ser explorado o benefício do biodiesel.

"Estamos no processo de construção da visão compartilhada de transição energética no Brasil. É preciso definir como nossa transição energética se enquadra na geopolítica global", explica Barral. "O problema do Brasil não é de potencial [de oferta]", completa.

As oportunidades de limpeza da matriz estão no segmento de transportes, que ainda tem grande participação de combustíveis fósseis. Considerando apenas o setor de transportes do país, a participação de renováveis é de 20%. Ainda assim a proporção é maior do que a média mundial, de 5%.

"A eletrificação tanto de veículos leves quanto de veículos pesados, as opções de ciclovias, patinetes elétricos, compartilhamentos de carros, todas essas são soluções de mobilidade que buscam atacar tanto o problema de congestionamento quanto de poluição do ar e emissão de gases do efeito estufa", afirma Clarissa Lins, sócia-fundadora da consultoria Catavento.

Segundo Barral, entre as linhas gerais da estratégia brasileira para a transição energética no segmento de transportes, em elaboração pelo governo, está o maior uso de biodiesel na composição do diesel para veículos de carga e a eletrificação de ônibus urbanos.

Bruna Mascotte, da Catavento, destaca ainda a importância de a solução brasileira para a mobilidade considerar o aspecto de inclusão social. "Tem que ser escolhas de mobilidade que sejam limpas, eficientes, acessíveis e inclusivas. Em cidades em países emergentes, é preciso tomar cuidado nessa transição energética para não aumentar ainda mais a exclusão [social], seja por meio de tecnologia, seja por soluções que sejam muito caras", afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: CDPQ visa mais ativos no Brasil

O fundo de pensão canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) tem planos para fazer mais investimentos no Brasil depois de ter comprado 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG) em consórcio com a francesa Engie no início de abril. Ao **Valor**, o vice-presidente da divisão de infraestrutura do

fundo de pensão, Emmanuel Jaclot, disse que há interesse em "todos os setores" desde que sejam "boas oportunidades" de longo prazo. E o setor de infraestrutura desponta entre os potenciais alvos.

"O Brasil, considerando o contexto atual e perspectivas futuras, demanda um grande volume de investimento em infraestrutura. Combinado com a consolidação do setor, oferece um interessante caso de investimento para o CDPQ", disse. Entre as áreas de interesse estão energia, logística, transporte e saneamento.

Fundado em 1965, o Caisse, como é conhecido, tem 309,5 bilhões de dólares canadenses (US\$ 231,2 bilhões) sob gestão e é a segunda maior entidade do Canadá. O maior é o Canada Pension Plan (CPP), que gere 368,5 bilhões de dólares canadenses. O CDPQ administra ativos de vários fundos de pensão e seguradoras do Canadá, com mais de 6 milhões de participantes. Os investimentos estão distribuídos em mais de 60 países. E cerca de 66% deles estão alocados nos Estados Unidos e no Canadá e os chamados "mercados em crescimento" representam 13,6%.

O fundo aumentou sua exposição em ativos de menor liquidez - que além de infraestrutura incluem private equity e construção civil - de forma gradual a partir de 2013. Somente o portfólio de infraestrutura alcançou 22,7 bilhões de dólares canadenses em investimentos na Austrália, Índia, Europa, Estados Unidos, Canadá e México.

No Brasil, o primeiro passo se deu em abril, com a compra de 90% da TAG, em consórcio com a Engie, por US\$ 8,6 bilhões. O negócio é uma grande oportunidade para o fundo de pensão, diz o executivo. Segundo ele, além da associação com o grupo francês que tem alta expertise no setor, adiciona ativo estratégico ao portfólio.

O interesse para investir mais em infraestrutura leva a entidade a aumentar seus esforços em mercados emergentes como Colômbia e México, além do Brasil. Para reforçar este posicionamento, contratou recentemente o brasileiro Eduardo Farhat como vice-presidente de infraestrutura para a América Latina, um executivo com experiência de 25 anos no setor.

"O CDPQ investe globalmente, incluindo na América Latina. Em cada região, buscamos parceiros e oportunidades para investir quando estiverem alinhados com nossos critérios. A chegada de Farhat claramente demonstra nosso compromisso com a região, e mais, fortalece nossas capacidades, no Brasil em particular", afirmou o executivo.

O governo brasileiro está discutindo um pacote de medidas para abertura do mercado de gás, o que pode incluir a saída da Petrobras de gasodutos e distribuidoras. Questionado sobre o potencial interesse nesses ativos, Jaclot afirmou que o fundo analisa se as oportunidades estão de acordo com os seus critérios. "Há um conjunto de oportunidades no Brasil."

Antes de comprar a TAG, o Caisse já atuava no Brasil há mais de 10 anos, com investimentos em shoppings centers e edifícios corporativos por meio da Ancar Ivanhoé. Mais recentemente, anunciou uma joint venture com a Prologis para ativos de logística, além de ter participações em empresas listadas em bolsa e também private equity.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/05/2019

Seção: Política

Autor: Maria Cristina Fernandes

Título: O capitão está em guerra desde a posse

A ausência do Brasil em conflitos armados de países vizinhos encontra guarida em dezenas de documentos, a começar da Constituição da República que, no parágrafo 4, prevê que as relações internacionais do país serão geridas pela autodeterminação dos povos, pela não intervenção, pela defesa da paz e pela solução pacífica dos conflitos.

O presidente da República poderia ter recorrido à Carta para justificar sua estimativa "próxima de zero" para o envolvimento do Brasil num conflito bélico com a Venezuela. Na entrevista que deu ao jornalista José Luiz Datena no dia em que teve início a intentona de Juan Guaidó, Jair Bolsonaro preferiu dizer que o Brasil "não pode fazer frente a ninguém" porque "não estamos bem de armamento". Por isso, afirmou, a maior preocupação do Brasil não é invadir país algum, mas a de ser invadido.

É bem possível que o presidente esteja sendo sincero quando fala do sucateamento das Forças Armadas, mas exposto assim, no momento em que um vizinho está à beira de uma guerra civil e a região ameaça se transformar em novo campo de batalha mundial, o argumento revela o grau de despreparo do capitão para o embate em curso.

Além da verdade, a democracia é a segunda vítima

Não foi o único tiro n'água. Ao recorrer às redes sociais para se posicionar sobre o conflito, Bolsonaro disse que qualquer hipótese será decidida "exclusivamente" pelo presidente da República, "ouvindo o Conselho de Defesa Nacional". Mais uma vez, deixou o livrinho de lado. O presidente da Câmara,

Rodrigo Maia, também pelo Twitter, lembrou-lhe que a Constituição, em pelo menos três artigos, explicita que a decretação de guerra não prescinde de autorização legislativa.

Naquele dia, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) já tuitava de Pacaraima, cidade fronteiriça de Roraima, onde desembarcara na véspera do levante de Guaidó. Um dos poucos brasileiros a não ter sido pego de surpresa pelo movimento, o deputado já estava posicionado quando o presidente decretou a Medida Provisória 880 destinando R\$ 223,8 milhões para os refugiados em Roraima. É pela ajuda humanitária que Guaidó e seus aliados americanos têm se valido para legitimar a participação brasileira no conflito.

Na véspera da intentona, o chanceler Ernesto Araújo, outro homem certo no lugar certo, desembarcava em Washington para audiências com os dois principais conselheiros de Donald Trump em política externa, o secretário de Estado, Mike Pompeo, e o Conselheiro de Segurança Nacional, John Bolton.

O artigo 5 da Lei do Impeachment prevê que, além da declaração de guerra sem autorização legislativa, está, entre os crimes de responsabilidade contra a existência política da União, "entreter, direta ou indiretamente, inteligência com governo estrangeiro, provocando-o a fazer guerra ou cometer hostilidade contra a República, prometer-lhe assistência ou favor, ou dar-lhe qualquer auxílio nos preparativos ou planos de guerra contra a República".

O presidente logo acionou o filho mais velho, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), para desmontar as barricadas do presidente da Câmara. Afinado com a República do Twitter, Rodrigo Maia valeu-se da rede social para informar ter sido alcançado por mensagem do senador desmentindo que o pai se referisse a uma declaração de guerra quando falou em decisão exclusiva.

Os generais se revezaram para pôr panos quentes seja no escasso apoio de Guaidó na cúpula das Forças Armadas venezuelanas, seja no apego do Brasil a uma solução pacífica, mas Bolsonaro demonstrou que não é do tipo que entra numa loja de louça para ficar quieto. Comparou a situação na Venezuela à da Argentina, onde, explicou à audiência de Datena, a ex-presidente Cristina Kirchner ameaça azedar a reeleição de Mauricio Macri com nova candidatura à Presidência.

Como àquela altura parecia claro que Guaidó havia fracassado, Bolsonaro achou por bem comparar a permanência de Nicolás Maduro, escolhido numa eleição sem oponentes e sem a fiscalização internacional à eventualidade de, pelo voto livre dos argentinos, a ex-presidente voltar ao poder. Àquela altura, havia sobrado pouco da baixela, mas o presidente da República continuava a se sacudir, desta vez contra a alternância de poder democrática no vizinho

meridional: "Temos uma preocupação grande com a Argentina assim como com a Venezuela".

Enquanto nos EUA, Bolton e Pompeo se revezam para fustigar a Rússia, aliada de Maduro, o presidente brasileiro começa a estender o véu no qual, desde sempre, mantém envolta a Venezuela, sobre o resto do continente. A guerra ideológica já foi decretada. Nesta, além da verdade, a democracia é a segunda vítima.

Roraima

Um dos últimos brasileiros a encontrar Nicolás Maduro no Palácio Miraflores foi o senador Telmário Mota (Pros-RR). Presidente de uma subcomissão criada no Senado para acompanhar a crise na Venezuela, Mota teve um avião da FAB negado para a missão e chegou a Caracas a bordo de um avião do governo venezuelano.

O senador fez três pedidos ao ditador. Que escrevesse uma carta para Davi Alcolumbre (DEM-AP), na tentativa de buscar uma interlocução com o Congresso, presidido pelo senador. Que voltasse a vender energia para Roraima, que gasta o que não tem para se abastecer em termelétricas desde a interrupção do fornecimento e, finalmente, que as fronteiras fossem reabertas para que a economia do Estado não colapsasse.

Alcolumbre recebeu a carta, protocolou-a mas não deu seguimento à interlocução. Maduro disse ao senador de Roraima que as linhas de transmissão da hidrelétrica de Guri seriam reparadas e prometeu uma missão ministerial para encontros periódicos com autoridades do Estado. A intentona de Guaidó interrompeu o diálogo.

Em Roraima, as aulas nas escolas rurais ainda não começaram e há 500 pacientes na fila dos hospitais apenas para cirurgias ortopédicas. Mota calcula que haja 100 ônibus parados em Roraima que não conseguem entrar na Venezuela, mas, no dia do levante, ingressaram 865 venezuelanos no Estado. A presença de refugiados numa fronteira miserável pressiona por intervenção.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do "Valor". Escreve às quintas-feiras

E-mail: mcristina.fernandes@valor.com.br

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 02/05/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes / RIO****Título: Baixa competição entre distribuidoras impede gasolina mais barata, diz ANP**

Concentração. Estudo da agência, que foi levado ao Cade, indica que a redução dos preços nas refinarias não chega ao consumidor por causa da ausência de disputa; representante das empresas nega predomínio das três grandes, BR, Raízen e Ipiranga

O predomínio de três grandes empresas no mercado de combustíveis – BR Distribuidora, Raízen e Ipiranga – contribuiu para que motoristas pagassem mais pela gasolina na bomba, num período em que a Petrobrás reduziu o preço na refinaria, no fim do ano passado, segundo estudo da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A pesquisa indica que empresas ampliaram os lucros enquanto a estatal revia sua tabela para baixo. A agência tem focado em dar maior transparência ao setor de combustíveis, que, no ano passado, motivou a greve dos caminhoneiros.

A ANP analisou os preços praticados nas refinarias estatais e postos revendedores, entre 31 de outubro e 1º de dezembro de 2018. "No caso do segmento de distribuição, a margem bruta ultrapassou R\$ 0,40/litro no período em que houve a maior redução de preços da Petrobrás, o que sugere, em uma primeira análise, a falta de competição no setor, o que gera a apropriação pelas distribuidoras de parte significativa dos descontos praticados pela empresa", informa a agência. No mesmo período em que as margens da distribuição subiram, a Petrobrás reduziu o seu preço em R\$ 0,33, segundo tabela da ANP.

A distribuição é o segmento do mercado entre o refino, que transforma o petróleo em derivado, e os postos de gasolina. Até a década de 1990, era um segmento controlado pelo governo, com preços tabelados. A sua liberação, no entanto, não foi suficiente para garantir a competição, de acordo com a ANP. A agência destaca que, em 2008, as três maiores distribuidoras presentes no País respondiam por 51,49% do mercado de gasolina. Passados oito anos, a participação de mercado do mesmo grupo passou para 64,87%. Em óleo diesel, a fatia cresceu no mesmo período de 63,84% para 72,93%.

O estudo foi encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que informou ao Estadão/Broadcast, por meio de sua assessoria, "que recebeu a nota técnica da ANP e que ela está em análise". A Plural, representante das distribuidoras, nega a concentração e a informação de que as

empresas tenham aproveitado a oportunidade para refazer suas margens. Diz ainda que, analisando um período mais longo, é possível constatar que elas reduziram os ganhos com a venda de gasolina. Procuradas, as três companhias que dominam o setor não se pronunciaram.

O presidente da Plural, Leonardo Gadotti, argumenta que outro estudo, da BCG, consultoria independente, contraria as conclusões da ANP. "A concentração existe sim no refino. Na distribuição, não é possível dizer isso, já que existem mais de 150 empresas atuando." Para o diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE) Adriano Pires, a ANP peca por não analisar os mercados regionalmente. "Localmente, as grandes distribuidoras concorrem com as pequenas e médias", afirmou Pires.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/05/2019

Seção: Opinião

Autor: Everardo Maciel

Título: Insensatez não é opção válida

Submissão a principismos e a dogmas, como não cumulatividade e extração pelo método do valor agregado, constitui prática que vem mutilando o sistema tributário brasileiro. Vou lembrar alguns episódios recentes.

Caso 1: onda fundamentalista, na Assembleia Constituinte de 1988, proclamou a necessidade de liberar os Estados na fixação das alíquotas do ICMS sem cuidar, por imperícia, de vedar a redução de base de cálculo. Consequência: em contraste com a então vigente alíquota única do ICM, passamos a ter algumas dezenas de alíquotas efetivas do ICMS.

Caso 2: na mesma Assembleia Constituinte, em nome da não cumulatividade, procedeu-se à incorporação dos impostos únicos federais sobre Energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, transportes, telecomunicações e minerais ao ICM (hoje ICMS). Consequência: essas bases imponíveis representam hoje cerca de 48% da arrecadação nacional do ICMS, gerando perigosa dependência para as finanças estaduais, e, como lembra Delfim Netto, substituindo a vinculação a investimentos por custeio.

Caso 3: a Lei Kandir, de 1996, promoveu a desoneração do ICMS na exportação de matérias-primas e produtos semi-elaborados, assegurando ressarcimento aos Estados que perderiam receitas. Consequência: ademais de não se saber, até hoje, se essa medida resultou tão somente em preferência para exportação de commodities em lugar de produtos elaborados, o ressarcimento é válida

operação inacabada, constituindo vistoso "esqueleto" para a União e prejuízo corrente para os Estados, demandando interveniência do STF e do TCU.

Caso 4: a Emenda Constitucional 33, de 2001, autorizou a instituição da Cide-Combustíveis, visando a equilibrar o tratamento tributário dispensado às importações e à produção doméstica de combustíveis, no âmbito da extinção do monopólio da Petrobrás na importação. Além de ser instrumento eficaz no enfrentamento da sonegação no setor, a Cide-Combustíveis era um tributo flexível capaz de compensar as constantes variações nos preços internacionais do petróleo, inclusive mediante o financiamento de subsídios a preços e transporte de combustíveis. Posteriormente, a Emenda 42, de 2003, deu uma esdrúxula redação ao parágrafo 1.º do art. 150 da Constituição e partilhou com os Estados e municípios a arrecadação da Cide-Combustíveis. Consequência: eliminaram-se a flexibilidade e a operabilidade do tributo, o que pretexta a adoção de exóticas medidas para, por exemplo, prevenir greve de caminhoneiros.

Caso 5: injustificadas pressões pela não cumulatividade, porquanto improcedentes os argumentos de verticalização e de repercussão negativa nas exportações, resultaram na adoção do regime não cumulativo do PIS/Cofins. Consequência: a tributação ficou muito mais complexa, especialmente pela instituição de uma miríade de regimes especiais e pelos desnecessários litígios sobre créditos de insumos. Receio que, hoje, não haja um só contribuinte do regime não cumulativo que não prefira voltar ao regime cumulativo.

De quando em quando, ressurgue a campanha pela instituição do IVA nacional, presumidamente inspirado no modelo europeu e jamais adotado nos EUA. Boas intenções e ingenuidade explicam essa pretensão. Desde sua primeira experiência em 1949, o IVA constituiu um avanço em relação às tributações então existentes, sendo bem adaptado às cadeias produtivas constituídas a partir da Revolução Industrial. A globalização e a revolução tecnológica promoveram, contudo, mudanças profundas em todos os campos. O IVA não lida bem com redes produtivas, revelando-se, como já se disse, "incompatível com o mundo digital".

Em lugar de olhar para o futuro (tributação de fluxos de caixa -DBCFT, na sigla em inglês - e da economia digital) e consertar, com prudência, os erros do presente, especialmente burocracia e processos tributários, prefere-se discutir experimentos que inaugurariam um novo ciclo de longos litígios, com repercussões perversas sobre as receitas públicas e os contribuintes. Insensatez cobra caro.

CONSULTOR TRIBUTÁRIO, FOI SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL (1995-2002)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 02/05/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Petrobrás conclui venda de Pasadena**

A Petrobrás informou ontem que finalizou, por meio de sua subsidiária Petrobrás America Inc. (PAI), a venda de 100% de suas ações nas empresas que compõem o sistema de refino de Pasadena, nos Estados Unidos, para a multinacional americana Chevron. A conclusão do acordo marca o fim de um polêmico projeto da empresa brasileira, que trouxe severos prejuízos à petroleira.

A compra da refinaria de Pasadena, em 2006, desencadeou uma investigação sobre corrupção. O ativo custou cerca de US\$ 1,2 bilhão (quase R\$ 4,8 bilhões) à companhia. A compra de Pasadena foi realizada em duas etapas. Em 2006, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado e preso pela Operação Lava Jato, a Petrobrás, com o aval do conselho de administração, pagou US\$ 360 milhões à empresa belga Astra Oil por 50% da refinaria. Em 2012, a Petrobrás pagou mais US\$ 820 milhões pelos 50% remanescentes.

Um ano antes, o grupo belga havia desembolsado apenas US\$ 42 milhões (cerca de R\$ 160 milhões) por 100% da unidade. Na época da liberação da transação, a presidente cassada Dilma Rousseff presidia o conselho da estatal.

O fechamento da transação ocorreu ontem com o pagamento pela Chevron para a subsidiária da Petrobrás de US\$ 467 milhões (cerca de R\$ 1,8 bilhão), sendo US\$ 350 milhões pelo valor das ações e US\$ 117 milhões de capital de giro, total que será ajustado posteriormente para refletir a posição da data do fechamento.

"A operação está alinhada à otimização do portfólio e à melhoria de alocação do capital da companhia, visando a geração de valor aos nossos acionistas", disse, em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). / BETH MOREIRA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 02/05/2019****Seção: Internacional****Autor:****Título: Bolsonaro vê risco de crise vizinha encarecer petróleo**

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem estar preocupado com o impacto da crise venezuelana no Brasil, especialmente com o efeito do embargo ao país vizinho. "Uma preocupação existe sim. Com essa ação, com embargos, o preço do petróleo, a princípio, sobe, e nós temos de nos preparar, dada a política da Petrobrás de não intervencionismo nessa parte. Poderemos ter um problema sério dentro do Brasil como efeito colateral do que acontece lá." Em abril, houve reação negativa a uma tentativa do presidente de evitar um aumento no preço do diesel.

"Os informes que nós temos é que existe uma fissura, sim, que cada vez se aproxima da cúpula das Forças Armadas. Então existe a possibilidade de o governo (Maduro) ruir pelo fato de alguns da cúpula passarem para o outro lado", afirmou o presidente brasileiro. Maduro, porém, afirma que os militares continuam leais a ele. Segundo a assessoria do Ministério da Defesa, foram convocados para a reunião fora da agenda oficial os ministros Fernando Azevedo e Silva (Defesa), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores). Para Bolsonaro, não houve derrota no movimento capitaneado na terça-feira por Juan Guaidó. "Não tem derrota nenhuma. Eu até elogio. Reconheço o espírito patriótico e democrático que ele (Guaidó) tem por lutar por liberdade em seu país." / NAIRA TRINDADE, BRASÍLIA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/05/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Estudo prevê R\$ 240 bi em investimentos com fim do monopólio do gás

Proposta é reduzir a 50% participação da estatal, gerar competição e reduzir preço; há resistência em parte da empresa e de grupos privados

Rio de Janeiro - O estudo que serve de base para a proposta de eliminar o monopólio estatal no setor de gás prevê investimentos potenciais de US\$ 60 bilhões (quase R\$ 240 bilhões, pela cotação atual), caso a meta de redução do preço do combustível seja atingida.

Pela projeção, os recursos seriam desembolsados por novos investidores, ao longo dos quatro primeiros anos após a quebra do monopólio, para a ampliação da infraestrutura de abastecimento e da capacidade industrial de setores que se beneficiariam com o gás mais barato.

A proposta é limitar a participação da Petrobras a 50% das vendas de gás no país.

Para isso, o estudo dos consultores que assessoram o Ministério da Economia sugere medidas como a venda de gasodutos, a cessão de contratos de fornecimento para empresas privadas e a criação do consumidor livre de gás.

A redução do preço do gás é uma das prioridades da área econômica do governo, que espera pôr em prática as primeiras medidas em até 60 dias.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem defendido que é uma oportunidade para "reindustrializar" o Brasil.

O estudo elaborado pelos consultores Carlos Langoni, Marco Tavares e João Carlos de Luca vê potenciais investimentos não só no setor de petróleo e gás, mas também industriais como mineração, siderurgia, petroquímica, fertilizantes, Energia e papel e celulose, entre outros.

A meta da proposta é reduzir o preço do gás no país dos atuais US\$ 12 (R\$ 48) por milhão de BTU (medida de poder calorífico) para entre US\$ 5 e US\$ 6 (R\$ 20 e R\$ 24), dependendo da distância da costa.

Mais barato, dizem autores, o gás do pré-sal "pode impulsionar um ciclo virtuoso à economia brasileira".

"O preço cobrado do consumidor final, resultado da desestruturação do setor, das ineficiências geradas pela regulação e do comportamento dos agentes dominantes nas áreas da produção, transporte e distribuição, é um dos mais elevados do mundo", traz texto do estudo.

Com maior participação privada, defende o estudo, o setor de petróleo e gás pode ter investimentos de US\$ 10 bilhões (R\$ 40 bilhões), dirigidos à construção de quatro novos gasodutos marítimos para trazer a produção das plataformas, quatro unidades de tratamento de gás e ampliação da capacidade de importação e transporte do combustível no continente.

Mineração de ferro e alumínio poderia atrair outros US\$ 19 bilhões (R\$ 75 bilhões) para a instalação no país de dez plantas de beneficiamento de minério de ferro e duas plantas de beneficiamento de alumínio —segmento que se afastou do país diante dos altos preços da Energia.

Segundo o estudo, os setores de fertilizante e petroquímica poderiam atrair outros US\$ 7,5 bilhões (R\$ 30 bilhões) para a construção de cinco novas fábricas. O restante dos investimentos viriam das indústrias siderúrgica, de vidros, metanol e de papel e celulose.

Conforme a Folha antecipou, o primeiro passo da proposta prevê ação do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para reverter o monopólio da Petrobras no setor.

O órgão de defesa da concorrência vai negociar com a estatal um termo de ajustamento de conduta, determinando prazos para a venda de participações remanescentes em gasodutos e distribuidoras de gás canalizado e para a cessão a empresas privadas de parte dos contratos de venda e transporte do combustível.

Atualmente, a Petrobras é responsável por 75% do gás produzido no país, mas tem praticamente o monopólio na venda do produto —por falta de capacidade de escoamento, suas sócias no pré-sal preferem lhe vender suas parcelas na produção.

Se tiverem acesso à infraestrutura, acredita o governo, essas empresas poderão competir com a Petrobras no mercado. A meta do programa é limitar a participação da Petrobras a 50% da venda de gás natural no Brasil.

O estudo propõe que, enquanto não vender as fatias no transporte e distribuição, a estatal seja proibida de indicar diretores para as empresas, como forma de evitar conflitos de interesses.

A estatal tem ações em 19 empresas estaduais de gás canalizado e nos três grandes sistemas de transporte do combustível pelo país — as malhas Sudeste e Norte/ Nordeste, cujo controle foi transferido a empresas privadas nos últimos anos, e o gasoduto Brasil-Bolívia.

A proposta, em debate em um grupo liderado pelo **Ministério de Minas e Energia**, enfrenta resistências na própria Petrobras e entre empresas que controlam a distribuição de gás canalizado.

A estatal chegou a apresentar ao governo proposta na qual o monopólio seria reduzido gradativamente ao longo de quatro anos. Já as distribuidoras alegam que o problema está no suprimento e não na margem de distribuição.

O ministro da Economia diz contar com o apoio do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e acenou com recursos a estados que se engajarem no projeto.

"Sem essas mudanças, veremos o gás nacional tornar-se mais uma commodity de exportação, sem agregação de valor no mercado interno, e estaremos perdendo mais uma excelente oportunidade de gerar um fato transformacional em termos de aumento de produtividade e competitividade da indústria brasileira", defendem os consultores.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 02/05/2019****Seção: Mercado****Autor:****Título: Petrobras conclui venda da refinaria de Pasadena à Chevron**

Rio de Janeiro - A Petrobras informou nesta quarta-feira (1º) que concluiu o processo de venda da polêmica refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, para a americana Chevron.

Em comunicado, disse que recebeu o pagamento de US\$ 467 milhões (cerca de R\$ 1,8 bilhão). Do valor total pago, 75% correspondem às ações da empresa e o restante, ao capital de giro.

A última parcela ainda será ajustada para refletir a posição de capital da refinaria na data do fechamento da operação, informou a Petrobras.

A operação faz parte do plano de desinvestimentos e foi aprovada pelo conselho de administração em 30 de janeiro, quase um ano após a oferta do ativo ao mercado.

Pasadena foi comprada em 2006 sob o argumento de que a Petrobras precisava de um ponto de entrada no mercado americano.

A estatal pagou US\$ 360 milhões (cerca de R\$ 1,4 bilhão, na cotação atual) por metade da empresa, quase oito vezes mais do que os US\$ 42 milhões (R\$ 170 milhões) desembolsados um ano antes por 100% do capital da suíça Astra.

Após disputa judicial com os antigos sócios, a Petrobras pagou US\$ 1,2 bilhão (R\$ 4,8 bilhões) para ficar com todas as ações. O processo foi alvo da Operação Lava Jato e é investigado pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que avalia responsabilidades dos governos petistas pelo prejuízo.

Em uma ação, a área técnica da estatal pede a condenação de ex-diretores e ex-conselheiros, incluindo Dilma Rousseff.

VEÍCULO: O Globo**Data: 02/05/2019****Seção: Rio****Autor: CELIA COSTA E RENAN RODRIGUES****Título: Furto de combustível em Caxias: suspeito é preso**

A partir de motocicleta abandonada no local do crime, polícia encontra acusado de integrar milícia da Baixada. Ação provocou vazamento em oleoduto, e menina que se queimou em poça de gasolina quente segue hospitalizada

A Polícia Civil prendeu ontem Willian Cesar Vieira, de 21 anos, suspeito de participar da tentativa de furto de combustível que provocou um grande vazamento em um oleoduto da Transpetro no Parque Capivari, em Duque de Caxias, na última sexta-feira. Agentes da Delegacia de Defesa de Serviços Delegados (DDSD), responsável pela apuração do caso, acreditam que ele integra uma milícia da Baixada. Investigadores não descartam a possibilidade de funcionários da estatal e de empresas terceirizadas terem envolvimento com o crime.

O vazamento deixou cinco pessoas feridas, incluindo Ana Cristina Pacheco Luciano, de 9 anos, que caiu sobre uma poça de gasolina quente. A menina, que ficou com queimaduras em 80% do corpo, permanece internada em estado grave no Hospital Estadual Adão Pereira Nunes, em Caxias.

CELULAR E MANGUEIRA

Os policiais chegaram a Willian a partir do rastreamento da compra de uma motocicleta abandonada no local do crime. Além disso, ele confessou, segundo a DDSD, que era o dono de um celular destruído que também foi achado na área do vazamento. O suspeito foi detido na madrugada de ontem, após o Plantão Judiciário expedir um mandado de prisão temporária. Em sua casa, investigadores apreenderam um pedaço de um tipo de mangueira que, de acordo com agentes, costuma ser usado em furtos de combustível.

O delegado Júlio Filho, responsável pela investigação, afirmou que a destruição do celular reforça a suspeita de participação de Willian numa milícia. Também chamou a atenção o fato de o suspeito rapidamente ter apresentado um advogado.

— Tudo indica que Willian destruiu o celular por orientação de alguém. E tirar combustível que corre em oleodutos é uma modalidade criminosa praticada por organizações que se especializam nisso. Não conheço ninguém que tenha atuado sozinho numa situação dessa. Requer uma logística, equipamentos, conhecimento técnico —disse o delegado.

RISCO DE CONTAMINAÇÃO

Na tentativa de furto no Parque Capivari, gasolina em alta temperatura jorrou a uma altura de dez metros. Casas tiveram de ser esvaziadas às pressas. Após o vazamento do combustível, ambientalistas alertaram para o risco de contaminação da Baía de Guanabara. O crime foi praticado perto do Rio Iguaçu,

que deságua nela. Especialistas acreditam que levará décadas até que o lençol freático da região seja totalmente limpo.

Representantes da prefeitura de Duque de Caxias e integrantes da Transpetro farão uma reunião hoje, às 14h30m, na sede da empresa. Eles vão discutir as providências que estão sendo tomadas e farão uma avaliação do ocorrido. As secretarias municipais de Defesa Civil, Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente definirão ações para ajudar as famílias atingidas. Ao todo, 17 pessoas ainda não conseguiram retornar para suas casas. Algumas estão em hotéis da região, com estadia custeada pela empresa.

A Secretaria de Meio Ambiente de Caxias emitiu uma notificação para que a Transpetro faça um estudo do solo e de águas subterrâneas em um raio de cinco quilômetros do local do acidente. De acordo com o município, a estatal continua monitorando o terreno afetado pelo vazamento de combustível e informa que, a princípio, apenas o poço de uma casa foi contaminado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Efeitos no Brasil na crise vizinha

No segundo dia da atual escalada de tensão na Venezuela, Juan Guaidó ainda permanecia nas ruas. Apesar da repressão, que se acentuou ontem, o líder opositor conseguiu realizar manifestação e prometeu continuar pressionando com protestos diários e a ameaça de uma greve geral. O ditador Nicolás Maduro convocou uma multidão de apoio a si mesmo, mas ontem a repressão baixou também sobre bairros pobres, que no auge do chavismo foram a sua grande força. Guaidó não entregou o que prometeu no amanhecer do dia 30, mas está mantendo sua mobilização num país sem imprensa, com sinal de internet intermitente, e no qual o governo consegue silenciar por algum tempo até a mídia social.

Sem falar na violenta repressão que já acumula um número alto de feridos. Maduro voltou ontem à TV, disse que derrotou "um complô" e propôs uma "jornada de diálogo" com o povo. A verdade é que ele está dependurado nos generais e reprimindo a população. No governo brasileiro, o assunto é acompanhado com o máximo de atenção pelos inúmeros impactos no país. O informe da Operação Acolhida—para a qual foram enviados 500 soldados do Exército, que saíram de São Paulo para Pacaraima dois dias antes desse

acirramento —é de que triplicou o número de venezuelanos que vêm para o Brasil todos os dias.

Um dos efeitos óbvios é continuar pressionando a parca estruturado estado de Roraima. Ao sair da reunião de emergência ontem, no Ministério da Defesa, o presidente Jair Bolsonaro falou que a crise pode elevar o preço dos combustíveis no Brasil. Na verdade, a Venezuela está há tanto tempo em declínio de produção que sua ausência já foi colocada nos cálculos do mercado. Ontem a cotação subiu de US\$ 71 para US\$ 72, mas na semana passada estava em US\$ 74. Em 28 de dezembro estava em US\$ 53, portanto, este ano já teve uma alta forte. Esse sempre será um mercado instável.

Quando Bolsonaro diz que se preocupa que haja "um problema sério aqui dentro como efeito colateral do que acontece lá", ele se refere ao preço do diesel e ao movimento dos caminhoneiros.

Outro impacto que já se realizou é na Energia de Roraima. Bolsonaro disse que o país está gastando um milhão de litros de óleo diesel por dia com as térmicas do estado. Roraima não está no Sistema Interligado Nacional (SIN), era abastecido pela hidrelétrica venezuelana de Guri e agora o país não consegue fornecer. —A situação é emergencial e não podemos continuar de forma eterna com a Energia do óleo diesel, gastando mais de R\$ 1 bilhão por ano pela Energia de Roraima —disse.

Não podemos mesmo, mas Bolsonaro repetiu o que disseram todos os governos antes dele, que a solução é o linhão para levar a Energia de outros estados para lá. Na verdade, essa não é a única solução, ainda que seja desejável a ligação com Roraima. Se o Brasil tivesse investido, nos últimos anos, em Energia fotovoltaica distribuída ou Energia eólica no estado, já poderia ter caído a dependência do diesel que chega a Roraima de caminhão.

O cúmulo da irracionalidade: queima-se diesel para transportar diesel para ele ser queimado nas térmicas e virar Energia. Outro risco para o Brasil é o flerte de uma alado governo Bolsonaro com a ideia do uso do território brasileiro para movimentação de tropas americanas. O secretário de Estado americano, Mike Pompeo, voltou a dizer ontem que a possibilidade de intervenção militar não está descartada. Se dependesse só do presidente, do chanceler e do seu filho que posa de chanceler, o Brasil já teria se comprometido com essa aventura.

Os comandantes militares vetam a proposta. Ontem, Bolsonaro definiu assim o processo de um eventual envolvimento do Brasil. "O presidente reúne o Conselho de Defesa, toma decisão e participa o parlamento." O deputado Rodrigo Maia corrigiu. Pela Constituição, a palavra final é do Congresso. Não basta participá-lo, é preciso consultá-lo. Há três semanas, aviões russos

chegaram com tropas e equipamentos na Venezuela. Os cubanos estão dentro da máquina do Estado. A tensão sobe. Maduro, ameaçado, aumenta a violência.

A avaliação dos militares brasileiros é de que a situação está se deteriorando rapidamente. É preciso estar preparado para enfrentar os efeitos desta crise no Brasil.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/05/2019

Seção: O País

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO

Título: Estudo atesta risco a longo prazo em Brumadinho

Testes feitos por cientistas comprovaram que derramamento de rejeitos de minério no Rio Paraopeba pode causar morte e anomalias em embriões de peixes, e é também ameaça à saúde humana

Uma investigação de cientistas de universidades e centros de pesquisa do Rio e de São Paulo mostrou que os efeitos do derramamento de rejeito de mineração em Brumadinho (MG) podem causar morte e anomalias em embriões de peixes. O alerta dos pesquisadores é que as consequências a longo prazo para a saúde humana e animal decorrentes do rompimento da barragem da Vale devem ser acompanhadas com extremo rigor. O estudo incluiu dosagem de poluentes, quantificação de micro-organismos potencialmente perigosos e testes ecotoxicológicos. Mesmo após ser diluída 6.250 vezes, a lama coletada cinco dias depois da tragédia foi capaz de matar e provocar defeitos graves nos peixes, afirma Mônica Lopes-Ferreira, cujo laboratório funciona no Instituto Butantan, em São Paulo. Também causou apreensão nos cientistas a elevada concentração de mercúrio, um metal altamente tóxico.

Ele foi encontrado numa concentração pelo menos 720 vezes maior do que o máximo estabelecido como seguro pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) para águas da classe 2, como as do Rio Paraopeba. Águas de classe 2 são destinadas ao abastecimento humano após tratamento convencional, à recreação (nadar, mergulhar e lazer), à irrigação de hortaliças e frutas e à pesca. O estudo foi realizado por pesquisadores do Instituto Butantan, da Uenf e da UFRJ. Os cientistas coletaram amostras em seis localidades ao longo do Paraopeba. Os pontos analisados incluíram locais 26 quilômetros antes da área arrasada (para efeito de comparação) e até 150 quilômetros após a barragem rompida. A concentração de ferro foi 100 vezes maior do que a estabelecida pelo Conama. A de alumínio, mil vezes superior. Mas foi o mercúrio, por sua elevada toxicidade e persistência no ambiente, que deixou os pesquisadores alarmados.

O mercúrio não é usado no processo de mineração do ferro e não foi encontrado em teor significativo no desastre de Mariana, causado em 2015 pela Samarco, controlada pela Vale e a BHP Billiton. Uma das possibilidades é que a tsunami gerada pelo rompimento tenha revirado o leito do rio e liberado sedimentos de antigos locais de extração de ouro, explica Fabiano Thompson, do Instituto de Biologia e da Coppe da UFRJ e autor de uma análise sobre os efeitos dos rejeitos da lama de Mariana. Um dos coordenadores do estudo, Carlos Eduardo de Rezende, da Uenf, destaca que o mercúrio é um dos piores poluentes que existem, por provocar uma espécie de contaminação crônica.

Os cientistas também descobriram proliferação de micróbios potencialmente tóxicos na água do Paraopeba, onde as concentrações de micro-organismos chegaram a dez vezes a máxima da tolerada pelo Conama. Para saber o quão tóxica era a água do pós-desastre, ela foi testada em embriões de peixe-zebra. Quanto mais próxima da área do desastre, mais letal foi a água para os embriões. No ponto de coleta junto à mina, a mortalidade foi de até 100%. A água coletada em todos os pontos abaixo do desastre causou anomalias, como deformações em cérebro, boca, coluna, cauda e hemorragias. — Para testar a lama tivemos que diluí-la até 6.250 vezes e ainda assim ela continuou letal para os embriões, o que atesta sem dúvida seu risco para a saúde — diz Mônica Lopes-Ferreira.

VALE CONTESTA

A Vale diz que, três meses após o rompimento da barragem, “é possível avaliar que o rio Paraopeba poderá ser recuperado. Tal afirmação é baseada em estudos de quase 900 mil análises da água, solo, rejeitos e sedimentos.” A mineradora afirma que mantém detalhado monitoramento do rio com coletas diárias de amostras de água, solo e avaliação dos níveis de turbidez. Segundo a Vale, análises em 48 pontos indicaram que os rejeitos não são perigosos à saúde e que os índices de toxicidade estão abaixo dos limites legais para “rejeitos de mineração, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)”.

Já o relatório conjunto da Agência Nacional de Águas (ANA), do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) diz que a concentração de mercúrio está “abaixo do limite de detecção do método analítico” e que a densidade de micro-organismos e toxinas derivadas deles está dentro do padrão legal.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 02/05/2019****Seção: Brasil****Autor: Ingrid Soares****Título: Suspeito é preso no Rio**

A Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu ontem um suspeito de participar da tentativa de roubo de combustível que resultou em um vazamento de gasolina em um duto da empresa Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, no último dia 26. O vazamento deixou cinco pessoas feridas.

Segundo a Delegacia de Defesa de Serviços Delegados (DDSD), Willian Cesar Vieira, de 21 anos, responderá por tentativa de homicídio qualificado, furto duplamente qualificado, constituição de milícia privada, crime contra a ordem econômica e contra o meio ambiente. A corporação afirma ainda que as investigações indicam que ele é suspeito de integrar um grupo miliciano, que estaria envolvido na tentativa de roubo. O homem foi localizado em casa, no bairro Xerém. A polícia chegou até ele a partir de uma moto abandonada no local. Ele negou participação no caso. As investigações seguem para identificar outros suspeitos.

A polícia ressaltou que, ao furar o duto, o líquido jorrou a uma altura de dez metros, em alta temperatura. Quatro famílias, com um total de 17 pessoas, precisaram sair de suas casas por causa do forte cheiro e do risco de explosão. Cães e gatos da região morreram em decorrência do gás liberado.

Segundo o secretário municipal de Meio Ambiente, Vitor Hugo Kaczmarkiewicz, as chances de o lençol freático estar contaminado é são de 90%, mas é necessário aguardar o resultado da análise. Ao Correio, o secretário de Defesa Civil de Duque de Caxias, André Luís Gomes Xavier, afirmou que a hipótese de contaminação do lençol freático não está descartada, uma vez que a gasolina que vazou é a do tipo A, a mais forte que existe. E não pode ser comercializada, por não ter recebido o devido preparo para ser vendida em bombas. O produto tem um cheiro muito forte e queima a pele.

“Temos que aguardar o laudo. Mas temos orientado a população num raio de 5km, que tem poços no local, a não consumirem a água até sair o resultado. O componente presente na gasolina tem grande potencial cancerígeno”, afirma.

Segundo ele, o laudo deve ficar pronto até a semana que vem. Está prevista para hoje uma reunião entre membros da Defesa Civil, Meio Ambiente e

Habitação na sede da Transpetro sobre contaminação dos poços e possíveis interdições de casas atingidas.

Criança em estado grave

Entre os feridos, está uma menina de 9 anos, que desmaiou ao tentar correr para fora da casa onde vive, que fica em frente ao local do vazamento. Ela caiu em uma poça de gasolina. Ana Cristina Pacheco teve 80% do corpo queimado e está internada na CTI em estado gravíssimo. Além dela, o funcionário da Transpetro, Olavo Pacífico dos Santos, de 51 anos, e o morador Antônio Martins da Silva, de 53 anos, também ficaram feridos, mas logo receberam alta.

A Prefeitura de Duque de Caxias afirmou que a multa aplicada à empresa pode chegar a R\$ 17 milhões. Já a Secretaria Municipal de Meio Ambiente esclareceu que o acidente poderia ter sido evitado se a Transpetro mantivesse o monitoramento contínuo dos dutos que cortam o Município. Ontem, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) informou que está contido o vazamento de combustível, mas que continua no local para monitorar as áreas atingidas, adotando medidas de contenção, com o objetivo de evitar a propagação dos danos ambientais. A equipe constatou a contaminação do solo em 300 metros quadrados.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 02/05/2019

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari/Rodolfo Costa

Título: Combustível em alta pressiona governo

A volatilidade do dólar e o preço do petróleo podem obrigar o governo a fazer uma escolha de Sofia. Ou preserva o consumidor, entre eles, caminhoneiros, que ameaçam parar caso haja aumentos sucessivos do diesel, ou a Petrobras, que baliza o valor dos combustíveis no mercado internacional e na divisa norte-americana.

Questões internas, como a demora nas discussões da reforma de Previdência e a dificuldade do governo de negociar com parlamentares, deixam a moeda norte-americana valorizada em relação ao real, assim como atuação dos Estados Unidos contra o Irã e, atualmente, a crise na Venezuela, elevam o valor do barril de petróleo. Tais questões, segundo especialistas, podem obrigar o governo a tomar uma posição.

Isso porque, apesar de negar que haverá intervenção na política de preços da Petrobras, o presidente Jair Bolsonaro se mostrou sensível às pautas dos caminhoneiros, que já fizeram uma paralisação em maio de 2018. O movimento paralisou o país, resultou na alta da inflação e na diminuição da atividade econômica, com reflexos até hoje.

No mês passado, uma nova insatisfação tomou conta da categoria, inclusive com o anúncio de greve — o que acabou não se concretizando. A alta do diesel mostrou, se não a força dos caminhoneiros, o temor de uma nova greve, e deixou clara a vulnerabilidade da Petrobras em relação ao mercado internacional. Segundo o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Fabio Bentes, a percepção é de que os reajustes dos preços serão menos frequentes, o que cria um problema de caixa para a estatal.

Desde o início de março, o preço do petróleo aumentou mais de 10%. O barril tipo brent passou de US\$ 72. A volatilidade acaba sendo o grande problema. Enquanto em outubro de 2018, o valor chegou a US\$ 85, em dezembro diminuiu para US\$ 50. Nesse período de queda, houve redução do custo nas refinarias da Petrobras, mas, desde o início do ano, o movimento foi o contrário.

Defasagem

Há possibilidade de que o petróleo suba para além de US\$ 75, a depender da oferta do produto no mundo. Segundo uma pesquisa da Reuters, a produção das nações da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) foi a menor para o mês de abril em quatro anos, o que contribui para elevar o preço. “Além disso, o dólar está cristalizado entre R\$ 3,80 e R\$ 3,90. É difícil saber o que será feito, em função da comunicação precária e das surpresas dentro do próprio governo. Parece-me que a empresa tende a ser mais afetada por essa percepção de que os reajustes serão represados. Até porque, entramos numa fase delicada do ano, em que vai ser determinante o comportamento da taxa de câmbio em relação ao andamento da reforma da Previdência”, destacou Bentes.

Para o sócio-fundador e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, a questão da Petrobras é mais complicada, pois as últimas correções feitas pela estatal nos preços não suprem a diferença entre os mercados internacional e o interno. “Ainda tem defasagem na gasolina, impedindo que haja importação por parte dos agentes privados”, ponderou. “O petróleo tem alta volatilidade, e o câmbio no Brasil, também. Essa confusão (de intervenção) existe em qualquer governo. A gente tem que ousar e tentar mudar essa lógica”, sustentou.

De um lado, a Petrobras pode ser sacrificada para evitar possível greve dos caminhoneiros — o que afetaria o PIB do país novamente —, mas, de outro, a

estatal perderia investimentos de acionistas, que não sentiriam atratividade numa empresa com risco de prejuízos. Ainda mais num momento em que o governo federal não tem condições de subsidiar as perdas no caixa da empresa.

Imposto

Para Pires, há duas alternativas para equacionar a política de preços da Petrobras e evitar interferências do governo no diesel ou mesmo na gasolina. Uma delas é a proposta de um fundo de estabilidade que utilize recursos excedentes dos royalties do petróleo para criar uma espécie de colchão que atenuar ou até neutralize o aumento do preço do petróleo no mercado externo. Outra sugestão de Pires é criar um “imposto flex” sobre o PIS/Cofins, de modo que o governo reduza a tributação à medida que a Petrobras propuser reajustes. Sugestão semelhante vem sendo ventilada pela equipe econômica para a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), de maneira a elevar a alíquota para equilibrar eventuais reajustes.

Enquanto caminhoneiros dão um voto de confiança ao governo de que algumas reivindicações, fora o valor do combustível, serão cumpridas, cancelando a paralisação, motoristas que dependem dos veículos para sobreviver reclamam.

Atenção ao reflexo venezuelano

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que há uma preocupação do governo com o impacto da crise da Venezuela nos preços dos combustíveis. O país é um grande produtor de petróleo e sofre com sanções econômicas e embargos de diversos países, liderados pelos Estados Unidos, à commodity.

“Uma preocupação existe sim, com essa ação e com embargos, o preço do petróleo a princípio sobe. Temos que nos preparar, dada a política da Petrobras e de não intervenção de nossa parte, mas poderemos ter um problema sério dentro do Brasil como efeito colateral do que acontece lá”, disse o presidente.

De acordo com Bolsonaro, o governo está em atenção para “nos anteciparmos a problemas de fora que venham de forma grave para dentro do Brasil”. Ele se reuniu hoje com o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, para avaliar a situação política no país vizinho e os reflexos no Brasil. O encontro, no Ministério da Defesa, em Brasília, contou ainda com a presença dos ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, e dos comandantes das Forças Armadas.

- **ANTT acaba com multas de frete**

A Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT) alterou a resolução nº 5.833, que trata da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, conhecida como Tabela de Frete. A medida cancelou as multas aplicadas aos caminhoneiros autônomos que descumprirem a tabela ou denunciarem a empresa que não realizar o pagamento do valor mínimo do frete e já entrou em vigor. A revisão do artigo referente às infrações foi necessária, segundo a agência, devido à desmotivação por parte dos transportadores em realizar denúncias, “na medida em que lhes são aplicadas punições idênticas a dos embarcadores, percebeu-se baixa efetividade na atividade de fiscalização”. Na semana passada, a agência publicou os valores atualizados da tabela. A variação do diesel foi de 10,69%, o que acarretou reajuste médio de 4,13% nos preços mínimos de frete.

MME / ASCOM .